



PARECER PRÉVIO Nº 52/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11064/2014.

Aposos: Processo nº 11213/2014 e 11349/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Careiro

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Hamilton Alves Villar (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3286/2015-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais do Sr. Hamilton Alves Villar, exercício 2013, Prefeito Municipal de Careiro, com fundamento no art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Agosto de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 52/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 52/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 52/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11064/2014.

Apenso: Processo nº 11213/2014 e 11349/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Careiro

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Hamilton Alves Villar (Ordenador de Despesa)

6- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3286/2015-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Alcance. Concessão de Prazo. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. Hamilton Alves Villar, exercício 2013, ordenador da despesa da Prefeitura Municipal de Careiro, Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96.
- 9.2. Aplicar Multa** ao Sr. Hamilton Alves Villar no valor de R\$2.192,06 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento e pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com fundamento no art. 308, I, “b” da Resolução n. 04/2002 pelos itens 6, 7 e 24 do Voto – Restrições da Dicami.
- 9.3. Aplicar Multa** ao Sr. Hamilton Alves Villar no valor de R\$13.152,36 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento e pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com fundamento no art. 308, II do Regimento Interno do TCE/AM, pelo item



ACÓRDÃO Nº 52/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 52/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1 do Voto – Restrições da Dicami;

- 9.4. Aplicar Multa** ao Sr. Hamilton Alves Villar no valor de R\$4.384,12 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento e pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com fundamento no art. 308, V da Resolução n. 04/2002 pelo item 7 do Voto – Restrições da Dicop;
- 9.5. Aplicar Multa** ao Sr. Hamilton Alves Villar no valor de R\$8.768,25 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento e pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com fundamento no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 pelos itens deste Voto: 2, 4 e 8 - restrições da Dicop e 3, 11-13, 15, 17, 20, 21, 25-27 – restrições da Dicami.
- 9.6. Considerar em Alcance** o Sr. Hamilton Alves Villar no valor de R\$ 2.206.131,59 que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Careiro por descumprimento e pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, pelos itens 07 e 08 deste Voto – restrições da Dicop;
- 9.7. Conceder Prazo** ao Sr. Hamilton Alves Villar de 30 dias para o recolhimento das multas e débitos aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.
- 9.8. Recomendar** ao Sr. Hamilton Alves Villar, bem como ao atual Prefeito Municipal de Careiro que:
- Cumpra os prazos para remessa de dados eletronicamente quanto ao Sistema e-contas e Gefis;
 - Atualize e providencie melhorias no detalhamento das informações, com fins de atender as expectativas de controle social pela população na forma que determina o art. 48, caput c/c o art. 73-B, ambos da LC 101/2001.
 - Observe o correto e completo preenchimento das informações nos Sistemas deste TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 52/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 52/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- Observe com mais zelo a Lei de Licitações e Contratos.
- Evite a movimentação de grande volume de recursos financeiros em espécie;
- Observe com mais rigor as normas brasileiras de contabilidade quanto a correta escrituração e elaboração das demonstrações contábeis.
- Observe com maior rigor o que determina o art. 12 da Lei n. 4320/64;
- Zele pelo fiel registro das receitas tributárias municipais;
- Evite o registro patrimonial de ativos em nome da própria prefeitura nas demonstrações contábeis.
- Proceda a instalação, alimentação e manutenção de sistema de controle de bens em estoque;
- Proceda os repasse das retenções previdenciárias dentro dos prazos definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

9.9. Dar ciência deste Decisório ao Sr. Hamilton Alves Villar.

9.10. Arquivar os presentes autos e seus apensos nos termos regimentais.

10- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 7 de Agosto de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral